

A trajetória da educação escolar indígena como tema de estudo nos programas de pós-graduação, no Brasil

The trajectory of indigenous school education as a subject of study in graduate programs in Brazil

Patrícia Dias¹

Marta Maria Pontin Darsie¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v26i55.1078>

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal apresentar a trajetória da educação escolar indígena como campo de investigação nos programas de pós-graduação das Instituições de Educação Superior brasileiras. Trata-se de um estudo bibliográfico que realiza um levantamento das pesquisas produzidas sobre essa temática. Buscou-se mapear as produções científicas realizadas por pesquisadores(as) entre 1995 e 2017, com base em estudos prévios do estado da arte, e por meio de um levantamento atualizado na plataforma da Capes, que abrangeu dissertações e teses produzidas no período de 2017 a 2022. Como resultado, destaca-se a identificação de uma produção científica crescente, evidenciando que a educação escolar indígena se consolidou na academia como uma área relevante e de interesse, especialmente nos cursos *stricto sensu* vinculados ao campo da educação.

Palavras-chave: educação escolar indígena; mapeamento de dissertações e teses; produção científica; interculturalidade.

Abstract: This article aims to present the trajectory of Indigenous School Education as a field of investigative interest in graduate programs at Brazilian Higher Education Institutions. It is a bibliographic study on the state of the art regarding this theme. The study sought to map scientific productions developed by researchers between 1995 and 2017, based on previous state-of-the-art studies, as well as a new survey on the Capes platform that identified dissertations and theses produced between 2017 and 2022. As a result, the study highlights a growing body of scientific production, indicating that Indigenous School Education has become an established field in academia, particularly in *stricto sensu* graduate programs, mainly those related to the field of education.

Keywords: indigenous school education; mapping of dissertations and theses; scientific production; interculturality.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Dentre as diversas áreas temáticas consolidadas que integram o campo da pesquisa em educação, nos programas *stricto sensu* das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, a Educação Escolar Indígena (EEI) é, certamente, um dos temas mais recente e menos explorado. Pouco explorado no sentido que se caracteriza como uma área ampla, uma vez que dadas as condições geográficas do Brasil, que abriga cerca de 305 povos indígenas (IBGE, 2022), cada um com suas especificidades e muitos com modos próprios de promover a educação tradicional e a educação escolar em suas comunidades.

No entanto, a temática educação escolar indígena vem ganhando relevância e destaque na academia, sobretudo a partir de 1990, certamente motivada pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e pelo conjunto de legislações que a sucedeu. A garantia da educação específica e diferenciada, tem por objetivo promover relações menos assimétricas, o respeito à cultura e à educação tradicional indígena. Embora seja um campo relativamente novo de pesquisa, ganhou relevância e abrangência nas IES, de forma que qualquer investida, no sentido de reunir e analisar todo o material produzido, seria um trabalho exaustivo e quiçá presunçoso.

Nossa proposta neste texto é apresentar um levantamento dos estudos produzidos acerca da EEI enquanto campo de investigação acadêmica. Não objetivamos esgotar as fontes sobre o tema, mas sim expor e analisar elementos relevantes presentes nas produções dos programas de pós-graduação, combinando dados previamente produzidos com novos dados resultantes de pesquisa recente.

Diante desse cenário, o presente texto dedica-se ao mapeamento das produções acadêmicas que abordam o tema em questão. Para traçar a trajetória da EEI como campo de interesse nas pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação no Brasil, realizamos um levantamento de estudos produzidos anteriores classificados como “estado da arte”, identificando trabalhos de autores(as) como Capacla (1995); Grupioni (2003, 2006, 2008); Maciel e Silva (2009); Santos e Siqueira (2009); Luciano (2011); Bergamaschi (2012); Silva (2016); Maroldi, Lima e Hayashi (2018); e Orellana (2019). Na sequência, mapeamos dissertações de mestrado e teses de doutorado disponíveis na plataforma da Capes referentes ao período de 2017 a 2022, com o objetivo de atualizar e ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento dessa temática na pós-graduação brasileira.

2 METODOLOGIA

Para traçar a trajetória da educação escolar indígena como tema de estudo nos programas de pós-graduação das IES brasileiras, reunimos, neste texto, as principais pesquisas já produzidas sobre a temática. O levantamento bibliográfico foi dividido em dois momentos.

No primeiro momento identificamos artigos, capítulos de livros, dissertações e teses publicados entre 1995 e 2019. Foram selecionados 13 textos encontrados a partir de buscas realizadas no Google Acadêmico com o descritor “estado da arte sobre educação escolar indígena”. Priorizamos estudos com abordagem mais ampla sobre a temática e em alguns casos realizamos buscas retrospectivas em que após a leitura dos textos, buscamos também as referências citadas nas obras que tratavam do estado da arte sobre o assunto.

No segundo momento, realizamos o mapeamento de dissertações e teses disponíveis na plataforma da Capes, referentes ao período de 2017 a 2022. A escolha do intervalo se deu por ainda não haver trabalhos publicados nesse ínterim, pesquisas com datas anteriores a 2017 já foram bem exploradas na produção de estado da arte, estado do conhecimento, entre outras modalidades que mapeiam estudos antecedentes.

A pesquisa na plataforma Capes, ocorreu em março de 2023, por meio do descritor “educação escolar indígena”. Como resultado, obtivemos inicialmente 285 trabalhos. Logo após a leitura dos títulos e resumos, 9 (nove) trabalhos foram excluídos por não ter relação com a temática (tinham ligação com educação do campo, quilombola e ou ribeirinha). Assim, trabalhamos com 276 estudos, sendo: 63 teses de doutorado e 213 dissertações de mestrado.

Após a leitura dos resumos dos 276 estudos encontrados, buscamos identificar categorias analíticas que subsidiassem a estruturação do texto. Optamos por apresentar os seguintes elementos: ano de conclusão dos trabalhos, programas de pós-graduação *stricto sensu* em que as pesquisas foram desenvolvidas, instituições de ensino, região geográfica, áreas do conhecimento, temáticas abordadas e povos indígenas com os quais os estudos foram realizados.

Os resultados desta pesquisa bibliográfica foram sistematizados nas seções 3 (três) e 4 (quatro), apresentadas a seguir. Na seção 3, abrangemos o mapeamento

de estudos intitulados "estado da arte" sobre a EEI. A seção 4, por sua vez, reúne uma análise qualitativa baseada no levantamento de dissertações e teses sobre a mesma temática, produzidas entre 2017 e 2022.

3 PESQUISAS SOBRE O ESTADO DA ARTE REALIZADAS SOBRE O TEMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – PERÍODO DE 1995 A 2017

Embora diversos povos indígenas mantenham contato com a educação escolar desde a chegada dos europeus ao território atualmente denominado Brasil, a temática da escolarização indígena passou a integrar, de forma mais sistemática, o campo de pesquisa nos programas de pós-graduação em Educação apenas a partir do final da década de 1970.

A educação escolar indígena, inicialmente, era uma preocupação do campo da antropologia. Por exemplo, o extinto grupo MARI (Grupo de Educação Indígena) – criado em 1989 pela Profa. Dra. Aracy Lopes da Silva e alunos(as) e ex-alunos(as), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) – foi um dos pioneiros no que se refere à pesquisa no campo da educação escolar de povos indígenas brasileiros.

O grupo era vinculado ao Departamento de Antropologia da USP, dedicou-se a pesquisar os processos de introdução da escola em terras indígenas e assessorou iniciativas de formação de professores(as) indígenas em diferentes regiões do país, o que contribuiu com a formulação da política nacional para referenciar a EEI, além de gerar reflexões sobre a necessidade da presença da temática indígena nos currículos de todas as escolas.

Marta Valéria Capacla (1995), na época integrante do grupo MARI, produziu o primeiro levantamento de estudos sobre EEI no Brasil. A autora publicou resenhas de livros e teses que trataram do tema, elencou 13 trabalhos produzidos entre os anos de 1975 e 1995. As obras versam a respeito de discussões sobre a prática e experiências de educação escolar em áreas indígenas e a ideia de constituição de uma educação como instrumento de defesa e fortalecimento das sociedades originárias.

Dos estudos encontrados por Capacla (1995), destaca-se a primeira pesquisa envolvendo EEI defendida em um programa de pós-graduação em Educação no país, trata-se da dissertação de mestrado de 1978, de Nancy Antunes Tsupal, no

departamento de Educação da Universidade de Brasília (UnB), em que foi apresentada a maneira com que os povos Karajá e Xavante lidavam com a questão da educação bilíngue e algumas considerações a respeito do modelo de política indigenista educacional praticada na época pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Desde então diversos estudos sobre o estado da arte a respeito da EEI surgiram no Brasil. Reunimos algumas dessas pesquisas produzidas acerca do assunto e notamos que há um vasto material produzido em diferentes modalidades: artigos científicos, dissertações, teses, dossiês e capítulo de livro.

Os textos que apresentamos enfocam a temática em diferentes períodos e seus autores(as) produziram os dados a partir de pesquisas realizadas em diversas plataformas de buscas, como na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), na plataforma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Google Acadêmico, entre outros.

As pesquisas versam em sua maioria sobre o amplo tema que é a educação escolar no contexto indígena em geral, mas há também estudos que buscam recortes mais específicos ao abordar apenas uma região ou apenas um determinado povo, por exemplo. Elas destacam os programas de pós-graduação e as universidades em que foram produzidos, os temas estudados, as áreas do conhecimento a que estão vinculadas, o perfil dos(as) pesquisadores(as), dos(as) orientadores(as), e em alguns casos enfatizam também com quais povos os estudos foram realizados.

O quadro que segue, trata-se de uma sistematização a respeito de alguns estudos produzidos sobre o estado da arte acerca do tema em questão. São textos que apresentam elementos que ajudam a compreender o percurso histórico da EEI como temática de estudo nos programas de pós-graduação nas IES brasileiras.

Quadro 1 – Estudos sobre estado da arte acerca da educação escolar indígena produzido entre 1995 a 2019

Ano	Autores/as	Tipo de trabalho	Período e quantidade de trabalho mapeado sobre o tema	Povos indígenas
1995	Marta Valéria Capacla	Capítulo de livro	De 1975 a 1995: 7 livros, 6 dissertações e 1 tese.	Não evidenciou
2003	Luís Donisete Benzi Grupioni	Artigo	De 1978 a 2002: 53 dissertações e 21 teses.	Não evidenciou

Ano	Autores/as	Tipo de trabalho	Período e quantidade de trabalho mapeado sobre o tema	Povos indígenas
2006	Luís Donisete Benzi Grupioni	Artigo	De 1978 a 2006: entre dissertações e teses 120 no total.	Não evidenciou
2008	Luís Donisete Benzi Grupioni	Tese	De 1978 a 2007: 156 pesquisas defendidas em diferentes áreas do conhecimento, sendo 116 dissertações de mestrado e 40 teses de doutorado.	Não evidenciou
2008	Wilmar da Rocha D'Angelis	Artigo	De 1981 a 2006: 15 itens que somam livros e coletâneas que surgiram após apresentações de trabalhos em congressos.	Não evidenciou
2009	Léia Teixeira Lacerda Maciel; Giovani José da Silva	Artigo	De 1994 a 2001: 16 dissertações produzidas por IES da região Centro-oeste.	No Mato Grosso os Povos Xavante, Bororo, Bakairi e no Mato Grosso do Sul os povos Terena, Guarani-Kaiowá e Guarani-Nhandeva
2009	Raimunda Maria Rodrigues Santos; Neide Vieira Siqueira	Artigo	De 1978 a 2007: entre teses e dissertação foram encontradas 159 pesquisas sobre educação escolar indígena.	Baikiri citados em 3 trabalhos; Bororo, Pareci, Kaiangáng e Xerente em 4 cada; Karajá, Tikuna, Xavante em 5 estudos cada; Tupinikim em 6; Terena em 9 e Guarani – (Kaiowa, Nhandeva, Mbya) em 20 pesquisas.
2011	Gersen Jose dos Santos Luciano	Tese	De 1996 a 2011: foram encontrados 29 estudos produzidos por estudantes indígenas; De 2005 a 2010: 9 dissertações e 15 livros sobre os povos do Rio Negro.	Dentre os povos mais citados por estas pesquisas destaca-se os Terena com 6 estudos e Baniwa com 2 e outros povos da região do Rio Negro.
2012	Maria Aparecida Bergamaschi	Artigo	De 2001 e 2009: no Portal da Capes foram encontradas 179 pesquisas de pós-graduação que tratam da educação e dos proc Embora diversos povos indígenas mantenham contato com a educação formal desde a chegada dos europeus ao território atualmente denominado Brasil, a temática da educação escolar indígena passou a integrar, de forma mais sistemática, o campo de pesquisa nos programas de pós-graduação em Educação apenas a partir do final da década de 1970.essos de escolarização dos povos indígenas brasileiros, sendo 135 dissertações de mestrado e 44 teses. No portal da (ANPEd) foram constatadas 24 pesquisas, distribuídas em 14 Grupos de Trabalhos.	Não evidenciou
2015	Anatália Daiane de Oliveira; Marli Lúcia Tonatto Zibetti	Artigo	De 1997 a 2014: o levantamento na BDTD obteve o resultado de 129 trabalhos, sendo 90 dissertações e 39 teses.	Não evidenciou

Ano	Autores/as	Tipo de trabalho	Período e quantidade de trabalho mapeado sobre o tema	Povos indígenas
2016	Antonia Rodrigues da Silva	Tese	Até o ano de 2014: 243 trabalhos acadêmicos, sendo: 55 teses de doutorado e 108 dissertações de mestrado.	Guarani: 23; Kaingang: 15; Terena e Tikuna: 11 cada; Xavante: 07; Kaiowá: 04; Bororo, Krikatê, Makuxi, Puyanawa, Puyanawa, Tupinambá, Wapichana, Xokleng, Xukuru, Waiãpi, Sateré-Mawé, Munduruku, Pataxó, Mura, Kayabi, Arara, Kalalapo, Karajá, Karipuna, Bakair: foram identificados três trabalhos sobre cada um desses povos; Amondawa, Chiquitano, Arandu: foi identificado um trabalho sobre cada povo.
2018	Alexandre Masson Maroldi; Luis Fernando Maia Lima; Maria Cristina Piombato Innocentini Hayashi	Artigo	De 1975 a 1995: 12 dissertações e 5 teses; 6 teses e 13 dissertações defendidas por indígenas de 1996 a 2014; Livros e coletâneas no período de 1981 a 2017: 33 obras; foram localizados 4 dossiês sobre educação indígena entre 1984-2003 em periódicos nacionais; dossiês e periódicos científicos (2010-2015): foram encontrados 8 itens e mais 13 artigos sobre mapeamento da produção científica em educação indígena.	Das pesquisas produzidas pelos indígenas destacam membros dos seguintes povos: Terena 6 estudos; Baniwa e Kaiowá 2 trabalhos em cada. Os demais uma pesquisa cada povo: Pareci; Baré; Kurâ-Bakari. Pankaru; Tuyuka; Potiguara; Munducuru; Maytapu; Xavante.
2019	Aly David Arturo Yamall Orellana	Tese	De 1980 a 2017: foram localizadas 485 pesquisas, sendo 370 dissertações e 115 teses, defendidas em diversos cursos de pós-graduação e em diferentes áreas do conhecimento. Identificou-se ainda 43 artigos, 5 dossiês e 11 livros relacionados a temática. De 1996 a 2017: 24 dissertações produzidas por indígenas. De 2009 a 2017: 6 teses produzidas por indígenas.	Das pesquisas produzidas por indígenas: os Terena com 06 mestrados, em seguida, 02 mestrados para os Tukano, Kawová e Wapixana; entre os demais povos, foi encontrado um trabalho de mestrado realizado (Kurâ-Bakari, Pareci, Baré, Tuyuka, Potiguara, Piratapuia, Kaingang, Xavante, Pankara, Balatiponé-Umutina, Tupinambá). Teses: duas do povo Terena e entre os demais povos um para cada: Potiguara; Baniwa; Kayapó e Wapichana.

Fonte: elaborado pelas autoras de acordo com os dados apresentados nos textos citados no quadro 1.

É consenso nos textos citados no quadro 1 que os programas de pós-graduação que mais investem em pesquisa sobre o tema são, disparadamente, os da área da educação, seguido de longe pelos das áreas da antropologia e linguística respectivamente. Porém, os programas *stricto sensu* que estudam a temática são diversos,

tais como História, Comunicação, Desenvolvimento Sustentável, Administração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Educação Matemática, Psicologia, Sociologia, Estudos Comparados sobre as Américas, Teologia, Geografia, Serviço Social, Direito, entre outros.

Os estudos evidenciam que a produção de pesquisa sobre EEI iniciou-se de forma tímida no final da década de 1970, nos anos de 1980 permaneceu com pouca produção e somente se consolida como tema de estudo na academia a partir de 1990 em decorrência das legislações e políticas públicas que favoreceram a criação da educação escolar diferenciada e consequentemente a formação de seus docentes.

Esse processo está diretamente relacionado às repercussões dos grandes movimentos indígenas que emergiram a partir da década de 1980, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir de 1990, o fortalecimento dessa dinâmica se intensificou com a transferência da responsabilidade pela coordenação das ações de educação indígena da Funai para o Ministério da Educação (MEC), formalizada pelo Decreto Presidencial nº 26 (Brasil, 1991). Essa medida impulsionou a formulação de políticas públicas que promoveram o envolvimento mais ativo das comunidades indígenas com as secretarias estaduais e municipais de educação, marcando um momento em que a escola passou a ocupar um papel central para os próprios grupos indígenas (Grupioni, 2006).

Ao evidenciar discussões que levam a possibilidade de um novo modelo de escola, não mais ancorado em prática integracionista, mas na esperança de atribuir aos indígenas um papel de destaque, tanto na docência quanto na gestão da escola, esses fatores potencializaram as possibilidades de investigação acadêmica nessa área (Grupioni, 2008).

Quanto à região brasileira, até então, com o maior número IES que produziram pesquisas relacionadas à temática, os estudos são unânimes em destacar a região sudeste, por ser a região com maior número de programas de pós-graduação. Bergamaschi (2012), por exemplo, em relação ao número de teses produzidas sobre o assunto destaca o Sudeste, mais especificamente, o estado de São Paulo em que a USP se revelou com o maior número de trabalhos, seguida da PUC (Pontifícia Universidade Católica/SP), e em terceiro lugar ficou a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas); destaca-se também números relevantes de estudos produzidos na UNESP (Universidade Estadual Paulista).

Os estudos apresentados no Quadro 1, no que se refere ao número de dissertações produzidas, destacam, em ordem decrescente, as seguintes IES: a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), no Mato Grosso do Sul; a Universidade Federal do Amazonas (UFAM); a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); e a Universidade de São Paulo (USP), conforme apontado por Bergamaschi (2012).

Os temas recorrentes presentes nas dissertações e teses foram: a escola indígena após a Constituição Federal de 1988; a formação de professores(as); os estudos que acompanham programas de formação inicial implantados em muitas universidades, inicialmente por meio dos Magistérios Indígenas e, posteriormente, pelas Licenciaturas Interculturais; a interculturalidade; a identidade (étnica e profissional docente); o currículo das escolas indígenas; as políticas públicas para EEI; as políticas afirmativas que garantem vagas para estudantes indígenas nos cursos de graduação, entre outros.

Observa-se, especialmente nos estudos mais recentes, uma preocupação em evidenciar os povos indígenas com os quais as pesquisas foram realizadas. No entanto, ainda é reduzido o número de indígenas que atuam como pesquisadores(as) nesses trabalhos. A maioria das investigações foram conduzidas por não indígenas, cuja aproximação com o tema decorre, em geral, de vínculos profissionais com a formação de professores(as) — tanto em cursos de nível médio (magistério) quanto no ensino superior — ou de experiências docentes na educação básica em territórios indígenas.

Portanto, as pesquisas mostram que a EEI se consolidou como um campo de estudo relevante dentro da academia e a cada ano vem aumentando o número de estudos relacionadas ao assunto nos programas de pós-graduação das IES brasileiras. Constatamos ainda que o estado da arte a respeito da temática, até o ano de 2017, foi bem explorada e constam vários trabalhos publicados. Desse modo, há a necessidade de mapear as produções mais recentes para podermos continuar a acompanhar a trajetória da EEI como objeto de estudo nos cursos *stricto sensu*. A seção a seguir é um exercício, uma tentativa de contribuir com tal discussão.

4 PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DE 2017 A 2022: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES

No mapeamento realizado na plataforma da Capes foram encontrados 276 estudos que tem relação com a grande temática educação escolar indígena, no intervalo entre os anos de 2017 e 2022, sendo: 63 teses de doutorados e 213 dissertações de mestrado.

Como categoria de análise do material levantado, optou-se em apresentar os seguintes predicamentos: ano de conclusão dos trabalhos, os programas *stricto sensu* onde os estudos foram produzidos, instituições de ensino, região geográfica, áreas do conhecimento, temáticas e povos indígenas. Na tabela a seguir apresentamos o número de dissertações e teses produzidas no período investigado, segundo as informações levantadas na pesquisa que realizamos na plataforma da Capes.

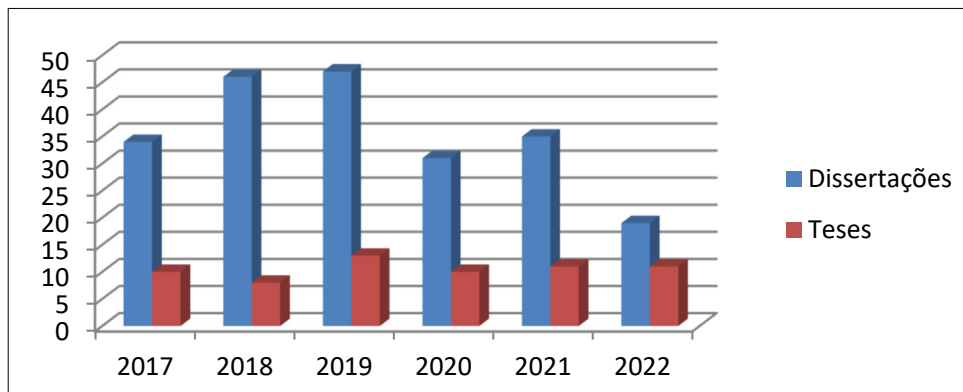
Tabela 1 – Dissertações e teses sobre EEI, produzidas de 2017 a 2022

2017		2018		2019		2020		2021		2022	
D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T
34	10	46	08	47	13	31	10	35	11	20	11

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados levantados na plataforma Capes. D= Dissertação e T=Tese

A tabela 1 evidencia o número de dissertações e teses defendidas a cada ano, no período de 2017 a 2022. Nota-se que o número de dissertações é bem mais elevado do que a de teses, as pesquisas de doutorado mantêm certa estabilidade enquanto que as dissertações oscilam bastante. Essa informação fica mais explícita quando analisamos esses mesmos dados no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Dissertações e teses com a temática educação escolar indígena de 2017 a 2022



Fonte: elaborado pelas autoras, com base nos dados levantados na plataforma Capes.

Ao lançarmos um olhar especificamente para o ano de 2022 é nítido que houve uma queda expressiva no número de dissertações produzidas, porém vale salientar que a plataforma da Capes requer um determinado tempo para que os estudos produzidos nos programas de pós-graduação, principalmente os trabalhos mais recentes, sejam atualizados e passem a constar na plataforma. Desse modo, o número reduzido de dissertações e teses produzidas no ano de 2022 pode estar relacionado a este fato, já que esta pesquisa foi realizada no início de 2023. Uma nova busca em data posterior certamente trará dados diferentes.

Em relação ao nome dos programas de pós-graduação em que estas pesquisas estão vinculadas são 104 diferentes cursos ligados a diversas áreas do conhecimento, em diferentes IES, predominantemente pública, mas também há contribuições de instituições privadas. Sendo que os 5 (cinco) com maior número de pesquisas estão relacionados aos seguintes campos: Educação com 87 trabalhos, cerca de 31,5 %; Educação agrícola com 14 estudos, 5,1%; Educação escolar indígena com 13 textos, 4,7%; e Antropologia social com 9 (nove) pesquisas, 3,3% aproximadamente.

Como destacam as pesquisas realizadas anteriormente (quadro 1), os programas de pós-graduação em educação têm despontado como a área de maior produção, o que foi constatado desde a pesquisa realizada por Grupioni (2003). O que se apresenta como novidade é que a tríade educação, linguagem e

antropologia que se destacavam como os campos que mais produziam pesquisas sobre EEI nos programas *stricto sensu* nas IES brasileiras, as duas últimas, cedem espaço para outras áreas.

Quanto às IES em que os cursos de pós-graduação estão vinculados são universidades públicas, majoritariamente, e, também, privadas de todas as grandes regiões do Brasil. Separámo-las por região para melhor organização do texto. Desse modo, passaremos a apresentar o nome das IES e a quantidade de pesquisas produzidas no intervalo considerado neste estudo.

Na Região Sul foram 12 IES, a saber: Universidade Estadual de Maringá que produziu 9 (nove) pesquisas; Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal de Santa Catarina ambas com 6 (seis) estudos; Universidade Federal do Rio Grande do Sul com 5 (cinco); Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Centro Universitário Internacional com 2 (dois) cada; Universidade Regional de Blumenau, Universidade Estadual de Londrina, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Universidade Luterana do Brasil, Universidade Federal de Santa Maria, Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, com 1 (um) estudo em cada instituição, totalizando 37 pesquisas com a temática na região Sul.

A Região Norte aparece com 15 IES, todas públicas ligadas à rede federal ou estadual, que produziram 97 estudos, distribuídos da seguinte maneira: Universidade do Estado do Amazonas com 15 pesquisas; Universidade do Estado do Pará com 14; Universidade Federal do Amazonas com 13; Universidade Federal do Pará, com 12 estudos; Universidade Estadual de Roraima com 9 (nove); Fundação Universidade Federal do Tocantins com 8 (oito); Universidade Federal de Rondônia com 7 (sete); Universidade Federal do Acre e Fundação Universidade Federal de Roraima, ambas com 4 (quatro); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Fundação Universidade Federal do Tocantins – Palmas, com 3 (três) em cada; Universidade Federal do Oeste do Pará com 2 (dois); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e Universidade Federal do Amapá 1 (uma) pesquisa em cada.

Com a participação de 16 IES na região Nordeste, produziu-se o total de 32 pesquisas relacionada à temática investigada, sendo: Universidade Federal de

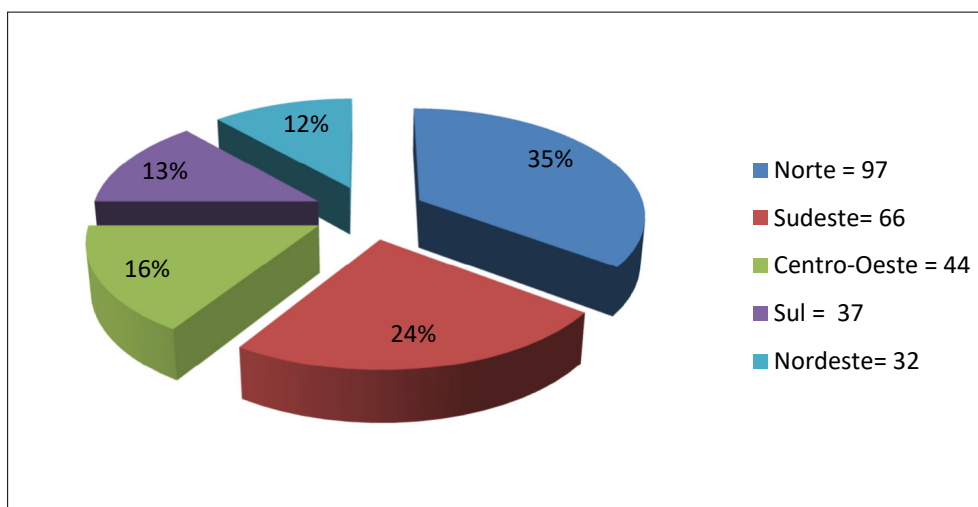
Pernambuco e Fundação Universidade Federal de Sergipe com 5 (cinco) pesquisas cada; Universidade do Estado da Bahia com 4 (quatro); Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal de Alagoas e Universidade Estadual do Ceará, 2 (dois) estudos em cada; Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Universidade Estadual da Paraíba, Fundação Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual de Santa Cruz, 1 (um) estudo em cada.

O Centro-Oeste conta com 11 IES que produziram 44 pesquisas sobre o assunto, assim distribuídas: Universidade Federal da Grande Dourados com 12 estudos; Universidade Federal de Mato Grosso com 10 (dez); Universidade Católica Dom Bosco com 6 (seis); Universidade de Brasília com 4 (quatro); Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com 3 (três); Universidade Federal de Goiás, Universidade do Estado de Mato Grosso e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2 (dois) estudos em cada; Universidade Estadual de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual do Centro-Oeste, 1 (um) estudo em cada.

A região sudeste se destaca com a maior quantidade de IES que produziram pesquisas com a temática EEI, 22 instituições, com a produção de 66 estudos: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com 12; Universidade de São Paulo com 9 (nove); Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de São Carlos, ambas com 6 (seis); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com 5 (cinco); Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus Bauru, 4 (quatro)/ Presidente Prudente, 1 (um)/ Sede, 1 (um)); Universidade Federal de Juiz De Fora com 3 (três); Universidade do Vale do Sapucaí, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Nove de Julho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com 2 (duas) pesquisas em cada; Universidade Metodista de São Paulo, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de Uberlândia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Centro Universitário Vale do Cricaré, Universidade Estadual do Oeste Paulista, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade do Estado de Minas Gerais e Universidade Estadual de Campinas, 1 (um) estudo em cada.

O gráfico a seguir é uma síntese com à porcentagem regional em relação à localização das IES que produziram os estudos sobre educação escolar em contexto indígena.

Gráfico 2 – Regiões das IES que produziram pesquisas com a temática EEI de 2017 – 2022



Fonte: elaborado pelas autoras, com base nos dados levantados na plataforma Capes.

Esta informação difere também das apresentadas nos estados da arte produzidos anteriormente e apresentadas no quadro 1, se antes era a região sudeste que mais produziam os estudos relacionados à EEI, agora a região Norte assume a dianteira, enquanto o Sudeste fica em segundo colocado. O Centro-Oeste continua com uma contribuição relevante, haja vista que é a região com menor número de IES que pesquisam sobre o assunto, e o Nordeste continua como a região onde menos se produz estudos sobre a temática.

Esse fato pode ter relação com o aumento de oferta dos programas de pós-graduação, que antes estavam mais concentrados na região sudeste, o que vem aumentando o número destes cursos também na região norte², principalmente os relacionados à qualificação continuada para professores(as).

² Segundo Almeida (2017) em relação à pós-graduação no país, do ponto de vista regional, a região que mais cresceu foi a região norte obtendo um percentual de 40% de aumento.

Em relação às áreas de conhecimento, por ordem decrescente relacionado à quantidade de pesquisa, temos: Educação com 98 trabalhos; Ciências Sociais e Humanidades com 25; Ensino/ Ensino de Ciências e Matemática ambos com 24; Letras com 23; Antropologia com 19; Ensino profissionalizante com 14; Linguística com 8 (oito); Geografia com 6 (seis); História e Sociologia com 5 (cinco) em cada; Ciências Ambientais com 3 (três); Meio Ambiente e Agrárias/ interdisciplinar/ Educação de jovens e adultos/ e Física com 2 (dois) em cada; Administração/ Artes/ Desenho Industrial/ Educação em Periferias Urbanas/ Educação Física/ Engenharia, Tecnologia e Gestão/ História do Brasil/ História Latino-americana/ Música/ Planejamento Educacional/ Planejamento Urbano e Regional/ Políticas Públicas/ Psicologia/ Serviço Social, 1 (um) estudo em cada.

Nota-se que também ocorreu mudança em relação à tríade de áreas do conhecimento às quais as pesquisas estão vinculadas, que mais se destacavam. Se antes era a Educação, a Antropologia e a Linguística, nas pesquisas recentes, a Educação continua disparada na frente com 98 estudos, seguido por Ciências Sociais e Humanidades com 25 e em terceiro lugar aparecem Ensino e Ensino de Ciências e Matemática, ambos com 24. Na medida em que as pesquisas na área do conhecimento educação vêm aumentando, diminuem os estudos nas áreas de antropologia e linguística que tratam da EEI. Por outro lado, novas áreas se destacam como o Ensino Profissionalizante, Ensino de Ciências e Matemática, entre outras.

Após a leitura dos resumos das dissertações e teses, buscamos identificar a temática principal dos estudos e agrupá-las de acordo com categorias em comum que emergiram. Os temas foram sistematizados na tabela a seguir:

Tabela 2 – Temas estudados das dissertações e teses produzidas no período de 2017 a 2022

Temas	Quantidade
Cultura e escola (relação entre educação indígena e escolar; saberes tradicionais e escolarizados; cultura na escola e na comunidade; revitalização da cultura por meio da escola)	75
Formação de professores(as) (inicial; continuada; magistério; licenciaturas interculturais)	25
Identidade (relacionadas a professores(as), aos estudantes e à comunidade)	18
Língua (ensino de língua portuguesa; língua materna; bilinguismo; trilinguismo; etnolinguística; construção de dicionário)	18

Temas	Quantidade
Prática de professores(as) (construção de saberes docente; prática com enfoque em múltiplas áreas como: ciências, educação física, matemática; ensino e aprendizagem)	17
Currículo (intercultural, relação com a BNCC e com a língua materna)	15
Legislação e efetivação das políticas públicas (na educação superior e educação básica)	13
Ciências (etnociências, etnofísica, interciências; etnoastronomia)	12
Geografia (territorialidade, etnogeografia, etnomapeamento)	11
Etnomatemática (matemática)	9
História (história da EEI; história do povo; ensino de história)	9
Indígenas em escolas não indígenas (na educação básica em relação com a lei 11.645/2008 e também no ensino superior)	8
Interculturalidade (como ocorre o processo)	8
Inovação educacional (robótica; realidade virtual; novas tecnologias)	7
Território etnoeducacional	5
Alfabetização e letramento	5
Surdez e inclusão	4
Educação ambiental (meio ambiente)	3
Material didático	3
PPP da escola indígena	3
Gestão escolar Indígena / Assessoria Pedagogia em Escola Indígena	3
Música	1
Infância	1
Filosofia	1
Discriminação racial	1
Sustentabilidade e uso de plantas medicinais	1

Fonte: elaborado pelas autoras de acordo com os trabalhos da plataforma Capes.

A relação entre educação tradicional e educação formal, os saberes tradicionais e os saberes universais, a articulação entre saberes escolares e saberes culturais — aqui reunidos sob o amplo tema “cultura e escola” — constitui o principal foco de interesse dos(as) pesquisadores(as). Em seguida, destacam-se temas como a formação de professores(as), identidade, linguagem e práticas docentes. Esses assuntos figuram com maior frequência nas dissertações e teses produzidas no período de 2017 a 2022.

Vale destacar que o tema da interculturalidade deixou de ser tratado como um objeto de investigação isolado e passou a integrar de forma intrínseca as discussões sobre a EEI. Observamos que esse termo aparece na maioria das pesquisas realizadas entre 2017 e 2022. No entanto, nem sempre a interculturalidade constitui o foco central das propostas investigativas desenvolvidas nesse período.

Entre os temas menos investigados, chama atenção o número reduzido de trabalhos que elegeram o material didático e o projeto pedagógico das escolas indígenas como objeto central de estudo. Embora muitos estudos mencionem esses documentos como fontes de análise, poucos os colocaram em destaque ou os trataram como foco principal da investigação.

Em relação aos povos indígenas citados nos resumos das pesquisas, optamos em separá-los e apresentá-los pelas grandes regiões de acordo com a localização de seus territórios. Vale salientar que em muitos casos o território indígena ocupa uma grande área que abrange mais de um estado brasileiro, assim decidimos apresentar a localidade, a região ou aldeia identificada no estudo, dentro do estado que foi lócus da pesquisa.

Na região Norte, a pesquisa mostra estudos desenvolvidos com 41 diferentes povos e a produção de 75 pesquisas.

Tabela 3 – estudos desenvolvidos com 41 diferentes povos e a produção de 75 pesquisas

Região Norte		
Povo Indígena	Localização do território	Quantidades de trabalhos
Ticuna	AM	6
Gavião Parkatejê (Parakatejê/ Kyikatejê)	PA	5
Païter suruí	RO	5
Krakô	TO	4
Macuxi e Wapixana	RR	4
Tembé	PA	4
Karajá –Xambioá	TO	3
Kambeba	AM	3
Munduruku	AM, PA	3
Baniwa	AM	2
Karipuna	AP	2
Makragnotire Kayapó	PA	2
Mêbêngôkre Gorotire	PA	2
Mura	AM	2
Xerente	TO	2
Waiwai (wai-wai)	AM, PA, RR	2
Ashaninka	AC	1
Katukina	AC	1

Região Norte		
Povo Indígena	Localização do território	Quantidades de trabalhos
Yawanawá	AC	1
Dâw	AM	1
Dessano	AM	1
Kokama	AM	1
Koripako	AM	1
Priritintim	AM	1
Palikur	AP	1
Wajãpi	AP, PA	1
Borari	AM, PA	1
Warao	RR ³	1
Guarani Mbyá	PA	1
Kaiapó Xikrin	PA	1
Parakanã	PA	1
Karitiana	RO	1
Kurubim	RO	1
Gavião Ikolen	RO	1
Wapixana	RR	1
Ye'kwana	RR	1
Macuxi	RR	1
Yanomami	RR, AM	1
Apinayé	TO	1
Iny/Karajá	TO	1
Total = 41	-	75

Fonte: elaborado pelas autoras de acordo com os trabalhos da plataforma Capes.

Na região Norte se concentra 44,48% dos indígenas brasileiros, o estado do Amazonas se destaca com a maior população indígena com 490,9 mil indígenas, ou 29% do total do país (IBGE, 2022). É a região que teve a maior quantidade de povos indígenas colaboradores das pesquisas sobre EEI, desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, 41 povos. Foram realizados estudos com povos indígenas de todos os estados do Norte do país, com destaque para o Amazonas, que teve o maior número de povos participando dos estudos, 9 (nove) no total. Os nomes mais citados foram: Ticuma do Amazonas em 6 (seis)

³ Refugiados da Venezuela, é possível encontrá-los também no nordeste do país, consideramos a localidade em que vive o grupo com o qual a pesquisa foi realizada.

pesquisas; Gavião Parkatejê do Pará e Paiter Suruí de Rondônia, ambos citados em 5 (cinco) estudos.

Em contra partida a região Sul é a que possui a menor população indígena, com total de 88.097 pessoas, 5,20% (IBGE, 2022). No levantamento realizado, os 4 (quatro) povos indígenas da região foram citados em 21 estudos realizados. Observa-se na tabela abaixo que o povo mais pesquisado foi o Guarani Mbyá citado em 12 trabalhos.

Tabela 4 – Distribuição dos trabalhos por povo indígena e localização territorial na Região Sul

Região Sul		
Povo Indígena	Localização do território	Quantidades de trabalhos
Guarani Mbyá	PR, RS, SC	12
Kaingang	PR, RS	6
Guarani Nhandewa	PR	2
Laklanõ/Xokleng	SC	1
Total = 4	-	21

Fonte: elaborado pelas autoras de acordo com os trabalhos da plataforma Capes.

Na região Centro-Oeste vivem 199.912 pessoas indígenas, o que corresponde a 11,80% da população indígena do Brasil (IBGE, 2022). Foram realizadas pesquisas com 10 (dez) desses povos e resultou na identificação de 21 trabalhos. O povo mais mencionado foi o Guarani/Kaiowá, com 8 (oito) pesquisas, seguido pelos Terena, com 4 (quatro) estudos — ambos localizados no estado de Mato Grosso do Sul, que é o estado com a terceira maior população indígena do país. Como demonstrado na tabela a seguir, observa-se ainda que, no estado de Mato Grosso, apesar de reunir um número expressivo de indígenas (58.231), distribuídos entre 43 povos, apenas 5 (cinco) desses povos foram mencionados nas pesquisas analisadas.

Tabela 5 – Distribuição dos trabalhos por povo indígena e localização territorial na Região Centro-Oeste

Região Centro-Oeste		
Povo Indígena	Localização do território	Quantidades de trabalhos
Guarani e Kaiowá	MS	8
Terena	MS	4
Xavante	MT	2
Zoró	MT	2
Javaé	GO	1
Manoki	MT	1
Balatiponé-Umutina	MT	1
Bororo	MT	1
Kinikinau	MS	1
Kadiwéu	MS	1
Total = 10	-	22

Fonte: elaborado pelas autoras de acordo com os trabalhos da plataforma Capes.

No Nordeste vivem 528,8 mil indígenas, concentrando 31,22% do total do país, a Bahia se destaca como o segundo estado com mais indígenas (quase 230 mil) (IBGE, 2022). Foram realizados 28 estudos com 17 povos indígenas diferentes do território nordestino. Os povos mais citados foram os Potiguara e os Tupinambá de Olivença com 5 (cinco) estudos cada. Observa-se que o Piauí foi o único estado do Nordeste em que não houve pesquisa com indígenas daquele território.

Tabela 6 – Distribuição dos trabalhos por povo indígena e localização territorial na Região Nordeste

Região Nordeste		
Povo Indígena	Localização do território	Quantidades de trabalhos
Potiguara	PB, CE, PE, RN	5
Tupinambá de Olivença	BA	5
Xukuru – Kariri	AL, BA	2
Pataxó	BA	2
Pituary	CE	2
Kariri-Xocó	AL	1
Kaimbé	BA	1
Pataxó	BA	1

Jenipapo-kanindé	CE	1
Canindé Aratuba	CE	1
Krikatí	MA	1
Pipipã	PE	1
Pankará (Tiririca um quilombo-indígena)	PE	1
Kambiwá	PE	1
Pankará	PE	1
Pankararu	PE	1
Xokó	SE	1
Total = 17	-	28

Fonte: elaborado pelas autoras de acordo com os trabalhos da plataforma Capes.

Com 15 estudos e 7 (sete) povos indígenas mencionados, a região Sudeste apresentou a menor produção em relação aos povos indígenas presentes em seu território. A região abriga 123.369 pessoas indígenas, o que corresponde a 7,28% da população indígena brasileira (IBGE, 2022). O povo mais citado nas pesquisas foi o Guarani Mbyá. Observa-se que as IES do Sudeste foram as que menos produziram estudos voltados à escolarização em contexto indígena dos povos localizados nessa região. Paradoxalmente, essas mesmas IES coloca o Sudeste como a segunda região com maior concentração de pesquisas sobre o tema, o que revela uma tendência dos programas de pós-graduação desta região a acolherem um número expressivo de pesquisadores(as) provenientes de outras regiões do país.

Tabela 7 – Distribuição dos trabalhos por povo indígena e localização territorial na Região Sudeste

Região Sudeste		
Povo Indígena	Localização do território	Quantidades de trabalhos
Guarani Mbyá	SP, RJ	6
Guarani ⁴	SP, ES	3
Xacriabá	MG	2
Tupiniquim	ES	1
Maxacali	MG	1
Pankararu	MG, PE, SP	1

⁴ Não especificou o grupo.

Região Sudeste		
Povo Indígena	Localização do território	Quantidades de trabalhos
Guarani Nhandewa	SP	1
Total = 7	-	15

Fonte: elaborado pelas autoras de acordo com os trabalhos da plataforma Capes.

Somando-se as pesquisas realizadas com os povos indígenas, em todas as regiões, a respeito da educação escolar indígena, embora tenha um número considerável de povos participantes (cerca de 77 povos diferentes), ainda há muitas outras comunidades indígenas em que esses processos não foram investigados, ao considerarmos que o Brasil conta com mais de 300 povos indígenas distribuídos em todo o território nacional (IBGE, 2022).

Das 276 pesquisas mapeadas, muitas delas não tiveram um povo específico como colaborador para o estudo. São textos que optaram pela abordagem metodológica bibliográfica e investigaram a respeito da legislação sobre EEI e relacionada à formação de professores(as), ou a respeito dos cursos de formação de professores(as) indígenas, história dos povos, entre outros assuntos sem necessariamente abordar uma comunidade indígena em particular.

Nota-se que as pesquisas que têm relação com a EEI, produzidas no período de 2017 a 2022, foram realizadas com a colaboração de cerca de 25% dos povos indígenas brasileiros, e que em cada região há povos que se destacam como os mais escolhido pelos(as) pesquisadores(as) para participar desses estudos.

Portanto, este mapeamento confirma que a educação escolar em contextos indígenas se consolidou como uma área de estudo significativa nos programas de pós-graduação, permanecendo como um campo de interesse para pesquisadores(as) brasileiros(as), especialmente aqueles vinculados a cursos *stricto sensu* na área da educação. Nesses programas, tem-se produzido um volume expressivo de trabalhos sobre o tema.

No entanto, trata-se de uma temática ainda longe de se esgotar, considerando a diversidade dos povos indígenas existentes no país, muitos dos quais ainda não participaram e ou produziram suas pesquisas sobre a EEI. Além disso, permanecem múltiplas possibilidades de investigação voltadas à construção de propostas de educação escolar específica e diferenciada nesses contextos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados inventariados, foi possível traçar a trajetória da EEI como temática de estudo nos programas de pós-graduação das IES brasileiras. Apresentamos, de forma sintética, informações extraídas de pesquisas do tipo "estado da arte" previamente realizadas sobre o tema, além de analisarmos os resumos de dissertações e teses produzidas entre 2017 e 2022.

Embora os dados encontrados revelem elementos relevantes para o campo de investigação, observa-se um caráter ainda superficial nas análises. Nesse sentido, torna-se urgente o desenvolvimento de novos estudos que aprofundem a leitura crítica, investigue com maior rigor e examine também os textos completos das produções acadêmicas.

Ressalta-se que o presente estudo não teve como finalidade realizar um mapeamento exaustivo da produção acadêmica sobre a escolarização indígena, mas sim apresentar subsídios que possibilitem a construção de um panorama da trajetória dessa temática nos programas de pós-graduação no Brasil. Destaca-se, ainda, que fatores como a base de dados selecionada, os descritores utilizados e os critérios adotados para o mapeamento podem ter implicado a exclusão de estudos relevantes, configurando uma limitação metodológica a ser considerada na interpretação dos resultados.

Nesta pesquisa, foi possível constatar que assim como mostrou o inventário realizado por Bergamaschi (2012), também no nosso mapeamento, após a leitura dos resumos percebemos que não apareceram indícios suficientes que possibilitem a identificação das autorias indígenas nas dissertações e teses, porém sabe-se que elas existem e têm sido evidenciadas desde o levantamento realizado por Grupioni (2003), e foi mais bem detalhado por Luciano (2011). Há necessidade de empreender um esforço para que essa lacuna seja superada, uma vez que se sabe que tem aumentado o número de indígenas matriculados nos cursos de pós-graduação, principalmente após as cotas destinadas especificamente a esses povos.

Outra questão que chama atenção vem ao encontro dos achados na pesquisa realizada pelas autoras Oliveira e Zibetti (2016), ao apontar que encontraram dificuldade durante a análise e leitura dos resumos de dissertações e teses por alguns deles não conterem informações necessárias para compreensão da pesquisa. Compartilhamos dessa mesma frustração, muitas das pesquisas não

apresentaram nos resumos todos os itens comuns a esta parte do texto como metodologia, objetivo geral, resultados, o povo com o qual o estudo foi realizado, além de alguns apresentarem informações confusas e desconexas que em nada contribuíram com o levantamento de dados para o estudo.

Nota-se que enquanto os programas de pós-graduação das IES localizadas na região Norte tendem a desenvolver pesquisas sobre os seus próprios povos indígenas, a região Sudeste inclina-se a acolher pesquisadores(as) que estudam o processo da educação escolar também com povos indígenas de outras regiões. Esse fato se tornou evidente ao compararmos a quantidade de trabalhos produzidos pelas IES no Gráfico 2, onde a região Sudeste se destaca como a segunda colocada em relação à produção total de pesquisas sobre o tema, com a última tabela que mostra essa mesma região em última colocação em relação aos estudos desenvolvidos com povos indígenas habitantes da própria região.

A análise evidencia que a EEI se consolidou como um campo de pesquisa relevante nos programas de pós-graduação no Brasil, estudos são desenvolvidos majoritariamente nas áreas do conhecimento relacionados à Educação. Como sugeriu o mapeamento realizado, o número de trabalhos produzidos continua aumentando, influenciados principalmente por objetos de estudos como: a relação da cultura indígena e a escola, formação de professores(as) indígenas, identidade, linguagem, práticas de professores(as), estes são os assuntos mais recorrentes que aparecem nas dissertações e teses produzidas no período de 2017 a 2022.

Portanto, o gradual aumento de pesquisas, principalmente de dissertações, envolvendo a temática sinaliza que os programas de pós-graduação das IES brasileiras estão comprometidos em discutir a educação escolar em múltiplos contextos e que as questões relacionadas à escola indígena têm ocupado espaço na academia, possibilitando assim práticas e diálogos entre saberes em um cenário que se delinea para uma possível interculturalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. *A pós-graduação no Brasil: história de uma tradição inventada*. 2017. Tese (Doutorado em educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/10200/1/Tese_PosgraduacaoBrasilHistoria.pdf. Acesso em jun. 2023

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Processos e práticas educativas dos povos ameríndios no Brasil: um olhar a partir de pesquisas contemporâneas. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona, v. 20, n. 34, p. 1-24, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 1991.

BRASIL. (Constituição [1988]). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CAPACLA, Marta Valéria (Org.). *O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995)*: resenhas de teses e livros. Brasília: MEC, 1995.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Olhar longe, porque o futuro é longe*: cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008. 237f. Tese (Doutorado Antropologia Social) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo (USP), 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Formação de professores indígenas*: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org). *Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil*. [Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76]. Brasília: INEP, fev. 2003. p. 197-238.

IBGE. Censo 2022. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2022.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real*: os dilemas da educação escolar indígena no alto Rio Negro. 2011. 368f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2011.

MACIEL, Léia Teixeira Lacerda; SILVA, Giovani José da. Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 9, n. 1, [19], p. 205-226, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38563>. Acesso em: ago. 2022.

MAROLDI, Alexandre Masson.; LIMA, Luis Fernando Maia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A produção científica sobre educação indígena no Brasil: uma revisão narrativa. *Revista Ibero Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 931-952, jul./set. 2018.

OLIVEIRA, Anatalia Daiane de; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. O que pesquisas brasileiras sobre educação escolar indígena revelam? *Tellus*, Campo Grande, MS, v. 29, p. 87-112, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i29.361>

ORELLANA, Aly David Arturo Yamall. *A produção acadêmica em Educação Escolar Indígena no Brasil: autorias, tendências e perspectivas –1980 a 2017*. 2019. 150f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2019.

SANTOS, Raimunda Maria Rodrigues; SIQUEIRA, Neide Vieira de. Desafios da educação indígena no Brasil: um balanço da produção acadêmica. *Pesquisa em Debate*, [S. l.], edição 10, v. 6, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10211/7545>. Acesso em: ago. 2022.

SILVA, Antonia Rodrigues da. *Concepções e práticas de Educação Escolar Indígena: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões, AM / Antonia Rodrigues da Silva*. 2016. 270f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2016

Sobre as autoras:

Patricia Dias: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e mestre em Educação pela UFMT. Professora da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso. **E-mail:** patriciadias1409@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0006-0985-301X>

Marta Maria Pontin Darcie: Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), docente pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Educação (UFMT), em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/UFMT), em Ensino (UNIC/UFMT) e do Mestrado Profissional em Ciências da Natureza e Matemática (UFMT/SINOP); líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GRUEPEM). Atua na área de Ensino, com ênfase em Educação Matemática, Formação de Professores, Avaliação da Aprendizagem, Metacognição e Matemática, Dificuldades de Aprendizagem Matemática e Educação de Jovens e Adultos. **E-mail:** marponda@uol.com.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1255-6546>

Recebido em: 29/10/2024

Aprovado para publicação em: 09/06/2025